



XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados

Obtenção de informação » censitária dos indivíduos através de fontes administrativas «

Carlos Dias
M. Carlota Amorim
INE



Tomar, 30 de Março de 2012



Resumo

1. Introdução;
2. Transição censitária;
3. Registos administrativos;
4. Conclusões.



1. Introdução

Princípios dos Censos:



- Observação individualizada;
- Universalidade;
- Simultaneidade (momento censitário);
- Periodicidade definida;
- Dados para pequenas áreas geográficas.

in Recomendações UNECE 2006



1. Introdução

Regulamentos Comunitários que cada Estado Membro deverá adoptar:

- Conjunto de regras de carácter obrigatório quanto ao conteúdo a observar;
- Desagregação geográfico-administrativa mínima para cada variável;
- Indicadores de qualidade a fornecer ao EUROSTAT.



1. Introdução

Recenseamento tradicional

- Contagem direta de todas as unidades estatísticas;
- A informação é recolhida através de formulários (papel ou internet);
- A distribuição e recolha dos questionários no terreno, realizada por recenseadores, decorre durante alguns dias ou semanas.



1. Introdução

Recenseamento tradicional

Desvantagens:

- Custo;
- Organização complexa;
- Dificuldades de recolha;
- Carga estatística;
- Desatualização da informação.



2. Transição censitária



Censos tradicionais



Utilização de fontes administrativas



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

7



2. Transição censitária



Ronda Censitária 2010/2011

Modelo misto

Register-based census

- Dinamarca;
- Finlândia;
- Suécia;
- Noruega;
- Áustria.



- Bélgica;
- Estónia;
- Alemanha;
- Itália;
- Lituânia;
- Letónia;
- Holanda;
- Polónia;
- Eslovénia;
- Espanha;
- Islândia;
- Israel;
- Suíça;
- Turquia.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

8



2. Transição censitária

- Lei do Sistema Estatístico Nacional;
- Dec. Lei dos Censos 2011;
- Programa de Ação dos Censos 2011.



Portugal está em condições de avaliar um novo modelo censitário com base em dados administrativos.

2. Transição censitária

Objetivos

- Diminuir a carga estatística sobre os cidadãos;
- Permitir uma maior periodicidade de informação censitária (anual);
- Reduzir os elevados custos associados às operações censitárias;
- Preparar as bases para utilização de informação administrativa na ronda censitária de 2021.





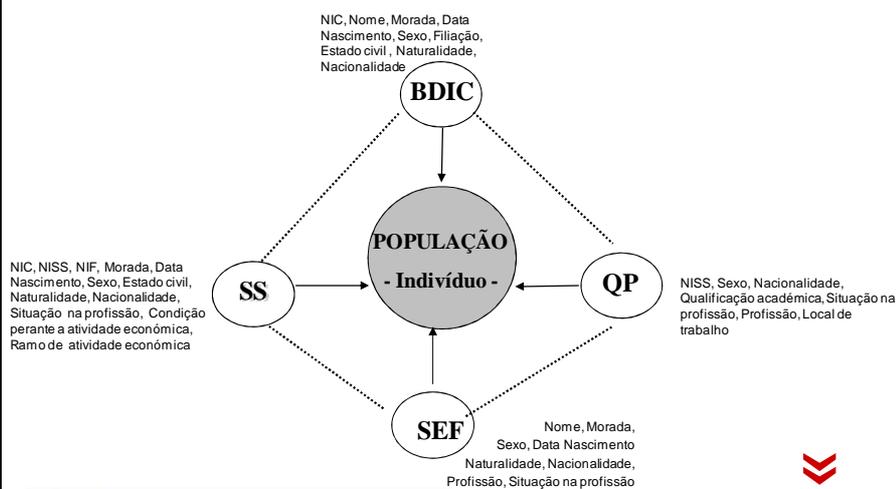
2. Transição censitária



- Quais os ficheiros administrativos disponíveis e que informação contêm?
- Em que medida permitem responder (em termos de cobertura, conteúdo e qualidade) às necessidades de informação censitária para cumprir as recomendações internacionais e os regulamentos comunitários?



3. Registos administrativos





3. Registos administrativos

BDIC – Base de Dados de Identificação Civil



Gestor: IRN- Instituto de registos e Notariados

- Ficheiro-base em relação à população. Existem grupos populacionais, residentes em Portugal, não representados: população estrangeira e crianças nascidas antes de 2007 e sem CC;
- Muitos indivíduos que estão na BDIC com residência legal em Portugal, não residem de facto no país. Outros com BI vitalício não atualizam as moradas;
- A BDIC apresenta +7,1% de indivíduos do que nos Censos 2011.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

13



3. Registos administrativos

BDIC – Base de Dados de Identificação Civil



- Reduzida percentagem de *missings*;
- Chave primária de natureza numérica, exaustiva para todos os registos e sem duplicações;
- Boa qualidade nas moradas do Cartão do Cidadão, o que poderá permitir o cruzamento com outras fontes.



Importância da interação bilateral entre o INE e a entidade gestora.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

14



3. Registos administrativos

Segurança Social



Gestor: Instituto Informática do MSSS

SEGURANÇA SOCIAL

- Chave primária exaustiva para todos os registos (NISS);
- Variáveis normalizadas e percentagem de *missings* reduzida;
- Percentagem de incoerências residual;
- Classificações correspondentes às utilizadas pelo INE;
- Taxa de preenchimento do NIF é de 96%, podendo constituir chave de ligação com outros ficheiros administrativos.



3. Registos administrativos

Quadros de Pessoal



Gabinete de Estratégia e Planeamento



Gestor: GEP-Gabinete de Estratégia e Planeamento do MSSS

- Chave primária exaustiva para todos os registos (NISS);
- Variáveis normalizadas e percentagem de *missings* reduzida;
- Classificações correspondentes às utilizadas pelo INE.





SEF



Gestor: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do MAI

- Chave de identificação corresponde a código SEF;
- Desagregação geográfica ao nível de Município;
- Ausência de validação em alguns campos.



4. Conclusões

- Implementação da transição censitária em Portugal centrada em 4 objetivos;
- Cerca de 63% das variáveis censitárias obrigatórias está representada nos ficheiros administrativos. Existem limitações importantes ao nível de conteúdo e de cobertura;
- A BDIC deve constituir o ficheiro-base para obtenção de informação censitária da população.

4. Conclusões

Desafios na continuidade dos trabalhos e na estratégia a definir:

- Completar o sistema de informação para a transição censitária;
- Comparar os dados administrativos individualizados com os Censos 2011;
- Definir uma nova metodologia de recolha de informação para os Censos pós-2011;
- Avaliar e adaptar modelos já existentes para integrar a informação das fontes administrativas com os dados dos inquéritos por amostragem.



Obrigado pela atenção dispensada!

Questões



Visite www.ine.pt

e-mail: carlos.dias@ine.pt

